

# JORNAL DO INTERIOR

Um olhar para o futuro dos municípios.



## Reforma Tributária: um novo passo

A Reforma Tributária é um tema debatido há décadas no Brasil, com o objetivo de impactar positivamente a arrecadação de recursos e o financiamento governamental. Aprovada na Câmara dos Deputados, a PEC 45/19 renova as expectativas de implementação. O ex-governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, destaca que a reforma irá melhorar o ambiente de negócios, promover justiça tributária e reduzir impostos sobre itens básicos.

A proposta aprovada no último dia 7 de julho vai ao Senado e visa simplificar os impostos sobre o consumo e isentar tributos da cesta básica, por exemplo, impactando diretamente a população. No entanto, Rigotto ressalta que as mudanças de tal magnitude demandam tempo e regulamentação. Se aprovado, o novo sistema tributário en-

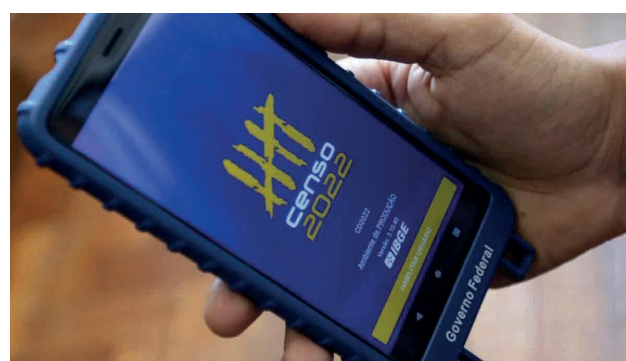
trarará em vigor somente em 2026, com a transição até 2032. Apesar disso, a simplificação traz benefícios, diminuindo a burocracia e aumentando a competitividade no mercado externo.

Quando à arrecadação, o entrevistado ressalta que a eficiência do sistema traz otimismo ao cenário econômico, sinalizando um ambiente favorável para o aumento de investimentos no Brasil. **PÁGS. 03**

**Nada acontece de um dia para outro, mas só de termos novas regras mais simples, menos burocracia e mais justiça tributária já existe um olhar diferenciado do investidor interno e externo**

### Capacitação e preparo na gestão pública

Cientes da importância da qualificação para a gestão pública para a eficiência da administração em seus diversos níveis, UVESP e UniAnchieta se uniram em uma parceria inédita. Agora, os gestores públicos poderão aprimorar suas habilidades técnicas e competências de liderança, por meio de capacitações e até pós-graduações, permitindo uma gestão mais ágil, transparente e orientada para resultados. **PÁG.07**



### Censo 2022 impacta formação do legislativo municipal

As mudanças populacionais apresentadas pelo Censo 2022 são ferramentas para criação de políticas públicas e influenciam no número de vereadores nas cidades. Os dados mostram que, no geral, houve crescimento populacional, mas em alguns casos, houve alterações negativas. **PÁGS. 10 e 11**

### Sistema de Registro de Preços

O Secretário-Diretor Geral do TCESP, Sérgio Ciquera Rossi, comenta o papel do sistema de registro de preços em licitações. A modalidade permite a administração pública estabelecer contratos por meio de ata de registro, fixando preços e quantidades por período. **PÁGS.04 e 05**



**Vander Giraldeli**  
Presidente da Câmara de Luiz Antônio  
**PÁG. 06**



**Marcos Melo**  
CEO da Futuro Eventos  
**PÁG. 08**



**Dimas Ramalho**  
Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
**PÁG. 09**



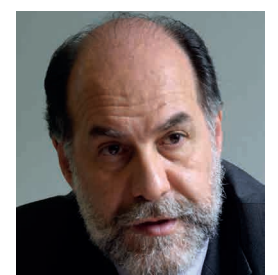
**Edinho Araújo**  
Prefeito de São José do Rio Preto  
**PÁG. 12**



**Sidney Beraldo**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
**PÁG. 15**



**Luiz Rossini**  
Presidente da Câmara Municipal de Campinas  
**PÁG. 16**



**Lívio Giosa**  
Coordenador Geral do IRES e Presidente do CNDA  
**PÁG. 17**

## JORNAL DO INTERIOR

Administração e Redação  
Rua Pará, nº 50 - Higienópolis  
CEP: 01243-020 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 2476-8467  
Telefax: (11) 2476-8637

**Director Responsável**  
Sebastião Misiara

**Editora**  
Sílvia Melo

**Supervisão**  
William Lopes

**Diagramação**  
Núbia Barros

**Projeto Gráfico**  
GEP Comunicação  
gepcom.com.br  
glaucia@gepcom.com.br  
Fone (11) 99100-3922



Fale com a **UVESP**

Sebastião Misiara  
Presidente  
misiara@uvesp.com.br

Sílvia Melo  
Presidente Executiva  
silviamelo@uvesp.com.br

Departamento Comercial  
comercial@uvesp.com.br

Produção Comercial e Conteúdo  
WLS Produções de Vídeo Ltda.  
wlsimprensa@gmail.com  
CONEXÃO MUNICIPALISTA

**Colaboradores**  
Eliria Buso  
Jefferson Bote  
Patrícia de Campos

**Departamento Jurídico**  
Dr Cassio Ferreira Netto  
Dr João Costa  
Dr José Américo Lombardi  
Dra Livia Souza Sabino  
Dr Rodrigo Antonio Correa  
Dr Willians Kester

**Circulação**  
645 municípios de São Paulo  
  
Os artigos assinados representam a opinião dos autores. O ponto de vista do jornal é expresso no editorial.

Site

www.uvesp.com.br  
www.conexidades.com.br  
www.jornaldointeriornews.com.br

(11) 2476-8467  
2476-8637



Redes sociais **UVESP**



@uvesp.official

@jornal\_do\_interior

@misiarasebastiao

Youtube **UVESP**



www.youtube.com/uvesp



## Conexidades e a análise dos problemas municipais

**O** Conexidades, de Jundiaí, recorde absoluto de público e de participantes, mostrou que o momento que estamos atravessando exige uma revolução, uma mudança radical no processo político e na administração pública.

Está provado mais uma vez que o caminho mais rápido para atingirmos esse objetivo é o processo de municipalização, de descentralização cada vez mais forte da administração pública e do processo de política nacional. Uma reforma tributária pensada no município e, a participação da iniciativa privada, a partir do poder local, eliminam a mudança do exercício político da rotina.

O avanço da tecnologia mostrada em várias palestras no 6º Conexidades, com a vinda da Inteligência Artificial, cuja eficiência é discutida, mas não ignorada, nos determina a mudança de rumos.

Mais do que nunca a tendência da descentralização é imperativa e obrigatória. Ela vem como consequência da crise dos governos nacionais.

Um livro chamado “Paradoxo Global” aponta que “quanto mais cresce a economia no mundo, mais poderosos ficam os agentes menores”.

Essa tendência de descentralização vem também como uma consequência das reivindicações e pressões da comunidade, já que o nível mais próximo dela, ou ainda, mais acessível, é o governo local.

Pesquisa feita durante o 6º Conexidades, pelo Jornal do Interior, mostrou com muita clareza que a descentralização é objeto de reflexão na comunidade, segundo manifestações de vereadores e prefeitos que levam à essa conclusão.

O Jornal do Interior, cujo trabalho contou com técnicos universitários de Jundiaí, detectou que a descentralização desejada surge também como decorrência do acentuado modelo de “desenvolvimento sustentável” onde o ser humano a qualidade de vida e o meio

ambiente são as questões centrais.

Neste modelo muda também o papel do município que deixa de ser um mero executor das tarefas, um simples prestador de serviços e passa a ser uma instância político-administrativa estratégica.

A descentralização favorece a que a Educação Tecnológica avance com o município cuidando dos problemas que afetam diretamente a sua comunidade.

A tecnologia avança e com ela necessário se faz o ensino adaptado ao mundo do futuro, sob pena de cairmos em processo, sem volta, do desemprego, unicamente pela falta de educação.

John Adams, um dos fundadores dos Estados Unidos da América, enfatizou que a condição primordial para governar bem o país e manter sua unidade é a difusão da educação em toda a hierarquia social, desde a camada mais rica até a mais pobre.

Sem dúvida, o que expressa a grandeza de uma nação é a sua situação de ser ou não um país voltado à educação.

Criar as pessoas para o bem do futuro é o ponto de partida e o ponto de chegada para o desenvolvimento e o progresso.

Essa é a preocupação que norteia a curadoria do Conexidades, projeto da Multiplicidades e da Uvesp, demonstrada em todas as suas edições, ou seja, mostrar a importância e o papel dos governos municipais na melhoria da qualidade de vida e no incentivo aos projetos de desenvolvimento local, com a parceria indispensável da iniciativa privada.

Para alcançar este novo padrão de cultura política comprometida com a democracia, serão necessários sistemas de informação eficientes. Aí entra o papel dos governos estadual e federal. Liberar os Institutos de Pesquisa, colocando-os à disposição dos municípios.

# Reforma Tributária trará menos burocracia e mais competitividade nos negócios

Germano Rigotto, que integrou a equipe de transição do governo federal, ressaltou a importância da mudança



Germano Rigotto comenta a necessidade de se aproveitar o momento para avançar a reforma

**H**á décadas a reforma tributária brasileira vem sendo discutida como um tema de extrema importância, pois afeta diretamente a arrecadação de recursos e a forma como o governo financia suas atividades. Através da reforma tributária, busca-se promover a justiça fiscal, simplificar o sistema de tributos, incentivar o crescimento econômico e aumentar a competitividade do país.

Ou seja, é um assunto que entra e sai de debate a cada governo. E, agora, há um novo capítulo sendo construído. Recentemente, a PEC 45/19 foi aprovada na Câmara dos Deputados, renovando as expecta-

**A maior arrecadação vem da eficiência do sistema, que fecha a porta para sonegação de impostos**

tivas de que saia do papel.

Segundo o ex-governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, as mudanças devem melhorar de maneira significativa o ambiente de negócios no país, além de promover a justiça tributária, deslocando o excesso de impostos sobre itens básicos. Rigotto foi o responsável pela área de Indústria, Comércio e Serviços na transição de governo e destaca que, já em seu relatório, alertou para a necessidade de se aproveitar o momento político.

“Deixei claro que a reforma tributária teria que ser aprovada no primeiro ano de governo. Se não fosse no primeiro ano, certamente não haveria reforma no país”, afirmou em entrevista recente concedida ao Grupo Sepé.

Sobre a proposta aprovada na Câmara no último dia 7 de julho, o ex-governador reforçou que foi um passo importante. “Essa proposta tem a ver com um trabalho que começou no Congresso, a partir de outras que já circulavam há vários meses, todas no sentido de diminuir o número de tributos que recaem sobre o consumo. Hoje temos IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS, tudo recaído sobre o consumo, ao contrá-

rio do que acontece em praticamente todos os países do mundo”.

### • IMPACTOS •

A proposta aprovada agora vai ao Senado e, entre outras medidas, prevê a simplificação de impostos sobre o consumo e a isenção de tributos para a cesta básica. Ou seja, deve impactar a população de forma direta e indireta quando for aprovada. Em relação a isso, Germano Rigotto fez uma ressalva de que é preciso entender que não se fazem mudanças desta magnitude do dia para a noite.

“Esse projeto está no Senado, no segundo semestre volta para a Câmara e, em sendo aprovado, no ano que vem haverá toda uma fase de regulamentação, muita coisa vai depender de lei complementar. Por isso, a mudança profunda do sistema começa a vigorar somente em 2026, e a transição termina em 2032, que é quando o novo sistema tributário estará a pleno. Então nada acontece de um dia para outro, mas só de termos novas regras mais simples, menos burocracia e mais justiça tributária já existe um olhar diferenciado do investidor interno e externo. Hoje, é absurdo o que gasta uma empresa

para fazer uma escrituração fiscal, e tudo por causa da complexidade do sistema tributário. A simplificação diminui esse custo, além de, por exemplo, derrubar os tributos cumulativos sobre o segmento industrial, nos dando um ganho significativo de competitividade no mercado externo”, explicou.

Assim como a população em geral ainda procura avaliar as principais mudanças da Reforma Tributária em seu dia a dia, o segmento de serviços tem se mostrado recioso.

Para Rigotto, são avanços importantes sob o ponto de vista da justiça fiscal. “Os impostos que incidem hoje sobre o setor de serviços vão ser substituídos por uma alíquota básica, provavelmente em torno de 25%. Sobre esta alíquota, várias atividades terão redução, como a área da saúde, equipamentos médicos, medicamentos, terão redução de 60% nessa alíquota básica. Transporte coletivo de passageiros, insumos agropecuários, alimentos, todos terão 60% de redução sobre a alíquota básica”.

Por fim, o ex-governador do Rio Grande do Sul também comentou sobre um dos grandes debates a respeito do assunto: o aumento da arrecadação.

“A maior arrecadação vem da eficiência do sistema, que fecha a porta para sonegação de impostos, para evasão fiscal. Além disso, o tempo e os recursos gastos com burocracia atualmente poderão ser reinvestidos em geração de emprego em renda, isso é desenvolvimento, tem efeito no crescimento econômico que representa, por óbvio, mais arrecadação de tributos. Além da sinalização para o investidor, como eu já disse. Você pega o (boletim) Focus, ele prevê um crescimento de 2,5% do PIB neste ano, muito diferente da previsão de queda de 1% como havia no início de 2023. A inflação está abaixo de 5% em 12 meses. Tudo isso cria um clima positivo, um ambiente favorável para aumento de investimento no país, que é o que precisamos”, finalizou.

Eliria Buso  
uvesp@uvesp.com.br

# Por que o sistema

## Adoção desse instrumento resultará

A Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, trouxe diversas alterações na regência das contratações públicas. Além da alteração de valores para dispensa de licitação (artigo 75, I e II – quantias já atualizadas por Decreto), da possibilidade de que contratos de serviços e fornecimentos contínuos possam ter a vigência decenal (artigo 107) e de previsão principiologicamente mais robusta (artigo 5º), houve - dentre outras mudanças - o alinhamento, no artigo 28, das seguintes modalidades licitatórias: Pregão, Concorrência, Concurso, Leilão e Diálogo Competitivo.

É indubitável que, nas atividades cotidianas da Administração, os certames acabarão se concentrando nas modalidades Pregão e Concorrência, as quais, segundo o artigo 29 do diploma, “seguem o rito procedimental comum” a que se refere o artigo 17 da Lei, “adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”. Tal se dará especialmente pela extinção das modalidades Convite e Tomada de Preços.

Cabe consignar que o Convite, quando de sua criação, foi de grande valia, permitindo maior celeridade - e alguma maleabilidade - para as contratações públicas. No entanto, com o passar do tempo, esses salutareos objetivos restaram desconfigurados ou mesmo deteriorados, em razão de ter sido constatada, não poucas vezes, a viciosa repetição de convite - indício evidente de fracionamento do certame licitatório. Como agravante, diversos eram os “acréscimos” de procedimentos contrários à lisura da disputa, com a repetição de vencedores e de encaminhamento de convites a empresas estranhas ao objeto pretendido.

Diante desse panorama, forçoso concluir, como dito acima, que o Pregão e a Concorrência serão preferencialmente escolhidos para atender às necessidades



O Sistema de Registro de Preços serve para registrar os preços de fornecedores para compras futuras do poder público

da Administração. Nessa toada, mister se faz rememorar que a definição da modalidade do certame deixou de observar o valor estimado da contratação - outra novidade trazida pela Lei nº 14.133/2021 - estando agora relacionada ao objeto pretendido.

Nesse contexto, registre-se que o Pregão, de acordo com o parágrafo único do artigo 29 da nova

**O sistema de registro de preços acaba por evitar a repetição de certame para aquisição de mesmo objeto, devendo-se sempre observar as disposições do artigo 82**

Lei, somente não se aplica “às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI, do caput do artigo 6º[...].” Tal alínea trata justamente da definição de serviço comum de engenharia, definindo-o como aquele que “tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens”. Ou seja, houve a previsão expressa de que os serviços comuns de engenharia são uma exceção a tal regra.

Conclui-se, assim, que o Pregão abriga compras e serviços comuns, inclusive os de engenharia.

Feitas tais considerações, é importante realizar igualmente uma breve reflexão em relação às compras. Consoante redação contida no artigo 40, inciso II,

as compras terão “processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente”. Noutros termos, estabeleceu-se ali que o sistema de registro de preços não se aplica a toda e qualquer compra, mas sempre em razão da “expectativa de consumo anual” - de acordo com o caput do mesmo artigo.

Assim, depreende-se que o sistema de registro de preços deverá, sempre, ser utilizado para compras que se farão necessárias ao longo do exercício. Relembre-se que o artigo 84, ao estabelecer o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, delimita que sua vigência será de 1 (um) ano, passível de prorrogação por mais 1 (um) ano. Por óbvio que tal prorrogação deve ser feita somente após a demonstração efetiva de vantajosidade para a Administração, decorrente da aferição da compatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados pelo mercado correlato.

Sem embargo, faz-se importante destacar que esse instituto

# de registro de preços?

## na eficácia e eficiência do gasto público

representa instrumento que, calçado nos ditames procedimentais previsto pela norma, permitirá a repetição de compras sem que isso caracterize fracionamento de certame. Um bom exemplo é a compra de carne para a alimentação escolar, que poderá ser realizada inclusive diariamente, sem que isso represente qualquer ofensa à Lei.

E a norma franqueou ainda outros caminhos para o gestor. Como dito, o sistema de registro de preços acaba por evitar a repetição de certame para aquisição de mesmo objeto, devendo-se sempre observar as disposições do artigo 82. Em seguida, o legislador previu, no artigo 86, a possibilidade de entes aderirem ao registro realizado por órgãos

**Nas atividades cotidianas da Administração, os certames acabarão se concentrando nas modalidades Pregão e Concorrência**

ou entidades diversas - prática que, na linguagem corriqueira, é denominada carona. Ficará a cargo da entidade aderente a solicitação para participação e,

em momento oportuno, o empenhamento e pagamento daquilo que lhe for fornecido. Isso evita - com toda segurança - que haja o cometimento de equívocos na realização do certame, eis que todo o procedimento fica a cargo da entidade gerenciadora.

Muito mais poderia ser dito, todavia, considero que as razões alinhadas demonstram a conveniência do sistema de registro de preços. Vale anotar, por fim, que o registro de preços não é modalidade licitatória, mas instrumento auxiliar, como prevê expressamente o artigo 78, inciso IV, da Lei 14.133/2021. A adoção dessa sistemática, portanto, resultará na eficácia e eficiência do gasto público. 🗞



Sérgio Ciquera Rossi é Secretário-Diretor Geral do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

ADVOGADOS  
**FERREIRANETTO**

**RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O DIREITO. E COM OS SEUS DIREITOS.**

**Equipe especializada para atendimento às Prefeituras e Câmaras Municipais**

- Direito Civil • Direito Público / Administrativo
- Licitações e Contratos • Lei de Responsabilidade Fiscal
- Lei de Improbidade Administrativa • Lei de Concessões e Permissões
- Parcerias Público-Privadas • Ações Cíveis Públicas
- Revisão de Precatórios • Tribunais de Contas • Poder Executivo
- Poder Legislativo • Direito de Família e Sucessões
- Direito Comercial e Societário • Direito do Trabalho e Previdenciário
- Direito Tributário • Direito Constitucional
- Direito Ambiental • Mediação • Arbitragem

Rua Pará, 50 – conjuntos 13 e 14 - (11) 2594.8050 – ferreiranetto@ferreiranetto.adv.br - 01243-020 – São Paulo - SP

## Nova Lei de Licitações tem prazo prorrogado Mas na Câmara de Luiz Antônio já está regulamentada

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos tem como objetivo maior transparência em contratações de empresas para prestação de trabalhos diversos, compras e gastos em geral, criando uma abertura maior para que a população possa ter conhecimento dessas condutas, fechando a possibilidade de procedimentos vantajosos.

A Lei de nº 14133/2021, com 194 artigos, tinha como prazo da obrigatoriedade da aplicação o dia 1º de abril de 2023, posteriormente prorrogada para a data de 29 de dezembro desse ano.

Sendo o foco as gestões públicas (prefeituras, câmaras, etc), muitos poucos foram aqueles que já estão trabalhando sob a nova Lei. A Câmara Municipal de Luiz Antônio, foi nessa contramão e na casa a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos já está em vigor.

Sob o comando do Vereador Vander Giraldele, que está em seu terceiro mandato consecutivo, que assumiu a presidência no primeiro dia desse ano, toda a equipe foi mobilizada, incluindo jurídico e assessoria para trabalhar a regulamentação.

“Foram três meses de um trabalho intenso, com total dedicação de toda equipe. Chegamos a trazer cursos para a capacitação de todos os colaboradores. Em 31 de março estávamos com a regulamentação pronta. Mesmo tendo a oportunidade de adiar, estávamos com a nova Lei re-

**A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos tem como objetivo maior transparência em contratações de empresas para prestação de trabalhos diversos, compras e gastos em geral**



Vereador Vander Giraldele, presidente da Câmara de Luiz Antônio

Fachada do prédio da Câmara

gida, trabalhada com a equipe. Na data decide fazer uma sessão extraordinária, especifica sobre a nova lei de regulamentações, entendendo que houve um trabalho e que já estava pronto, não tinha o porquê adiar. Não houve nenhuma dificuldade com os vereadores de oposição, todos abraçaram a causa. Acredito que o que é colocado diante de nós para fazer, nós devemos fazer bem feito, com excelência, e os prazos existem para serem cumpridos”, comenta o presidente da Câmara, filiada a UVESP.

Vander Giraldele, mesmo com pouco tempo na presidência, tem feito um trabalho diferenciado, com ações que chama de conquistas, como a contratação de um profissional de libras para tradução das sessões, cursos de capacitação para os colaboradores, troca de mobiliário do plenário, implantação do “AQ” adicional de qualificação para os servidores, uniformes, parceria com a UVESP, criação da galeria dos presidentes, organização do patrimônio, desenvolvimento de novo regimento interno, entre outras.

Patricia de Campos  
Jornalista  
patricia.campos@uvesp.com.br

**Um hotel seguro para te receber!**

O The World Hotels Vila Olímpia conta com rigorosos protocolos de higienização para receber você com toda segurança, que é tão importante neste momento.

**Biodescontaminação**  
Elimina 99,999% dos vírus e bactérias

**Faça a sua reserva com tranquilidade!**

[www.theworld.com.br](http://www.theworld.com.br)

+55 (11) 3049.6941  
+55 (11) 3049.6933  
reservas@theworld.com.br

Nos preocupamos com o seu bem estar!

@theworldhotels /theworldhotels

## UVESP faz parceria com UniAnchieta e oferece cursos

De capacitações gerais a MBA, todos com certificação



(esq para dir): Filipe Pires (Diretor de Pós-Graduação), Pamela Bianchi (Gestora Comercial e Mkt), Sílvia Melo (Presidente Executiva da UVESP), Waldemar Foelkel (Mantenedor), Sebastião Misiara (Presidente do Conselho da UVESP)

Flavio Rabetti conduz o curso Novos Desafios na Captação de Recursos e Convênio Governamentais, durante o 6º Conexidades, em Jundiá/SP

Depois do sucesso do curso ministrado pela UniAnchieta - Centro Universitário Padre Anchieta durante o 6º CONEXIDADES, a UVESP formalizou parceria com a Universidade, e passa a oferecer aos seus associados um leque de opções para formação e capacitação.

Durante o evento acontecido em junho último na cidade de Jundiá, gestores tiveram a oportunidade de participar da capacitação de quatro horas sobre o tema “Novos Desafios na Capacitação de Recursos e Convênios Governamentais”, com o palestrante Flavio Rabetti, gestor de contratos da prefeitura de Campinas, com certificação.

Os participantes tiveram ainda a oportunidade de conhecer o Centro Médico da UniAnchieta e se confraternizarem em um brunch.

Os elogios levaram a UVESP a integrar entre sua oferta de serviços, a possibilidade de novos cursos de formação e a possibilidade de um crescimento profissional e pessoal de seus associados, com o curso de MBA.

A partir de agora um grande portfólio de cursos EaD de gestão pública, de pequena duração,

estarão sendo abertos pela UVESP, bem como a formatação com conteúdo específico, conforme a demanda das prefeituras e câmaras.

Vários assuntos ligados a gestão poderão ser abordados, considerando as necessidades locais, passando por conteúdo generalizados àqueles específicos de cada secretaria ou de teor regional. O curso de Graduação em Gestão Pública é 100% EaD. Já o MBA é no formato híbrido,

com a opção de participar das aulas via online (transmissão), assistir as gravações, ou mesmo cursar presencialmente (caso haja grupos formados). O curso de graduação é 100% EaD, já o MBA é híbrido, com a opção de acompanhar via online ou através das aulas gravadas no youtube, assim como os de curta duração, sendo possível inclusive



Filipe Pires, diretor de pós graduação da UniAnchieta e Renato Luis Roteiro, vereador da cidade de Motuca



José Luiz Ferragut, diretor administrativo da CIJUN - Companhia de Informática de Jundiá, recebendo o certificado das mãos de Filipe Pires da UniAnchieta

**A partir de agora um grande portfólio de cursos EaD e híbridos em Gestão Pública, de curta duração, serão abertos pela UVESP, bem como a formatação com conteúdo específico para cada demanda**

serem presenciais, caso haja grupos formados.

“Essa é uma oportunidade de única de unirmos esforços para melhor e maior capacitação de gestores públicos, resultando em cidades que oferecem melhor qualidade de vida aos seus munícipes”, comenta Filipe Pires, diretor de pós-graduação da UniAnchieta - Centro Universitário Padre Anchieta, de Jundiá.

O MBA inicialmente oferecido, terá como tema Governança e Inovação no Serviço Público.

A parceria é mais uma iniciativa da UVESP, para que São Paulo tenha, cada dia mais, gestores de excelência.

Patricia de Campos  
Jornalista  
patricia.campos@uvesp.com.br

## Desafios e solução para a educação são destaque em evento que acontece em São Paulo

A Futuro Expo 2023 apresenta mais de 350 palestrantes abordando temáticas divididas em sete pilares de desenvolvimento



Congresso acontece em agosto no Distrito Anhembi em São Paulo

A educação nas cidades brasileiras enfrenta diversos desafios que impactam diretamente o desenvolvimento social e econômico do país. Nas últimas décadas, houve avanços significativos na expansão do acesso à educação básica, porém, ainda existem inúmeras questões a serem enfrentadas para garantir uma educação de qualidade para todos.

Desde a infraestrutura precária das escolas até a formação adequada de professores, passando pela desigualdade social e falta de recursos, os municípios e seus gestores en-

frentam obstáculos complexos que afetam o aprendizado dos estudantes e comprometem seu futuro.

Nessa realidade, é fundamental analisar e compreender os desafios existentes, a fim de buscar soluções inovadoras e efetivas que promovam uma educação inclusiva, equitativa e de excelência para todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica ou localidade geográfica.

Para isso, acontece em São Paulo a primeira edição da Futuro Expo 2023. A feira e congresso de educação ocorre entre 8 e 11 de agosto de 2023, no Distrito Anhembi, e vai reunir mais de 350 palestrantes e mais de 400 temas e atividades baseados em sete pilares: inovação, gestão escolar, socioemocional, transformação digital, educação da infância, políticas públicas educacionais e day by day.

Segundo Marcos Melo, CEO da Futuro Eventos, realizadora da convenção, a ideia é tratar, de forma significativa, os principais temas para a educação tanto pública, quanto privada, apresentando produtos, serviços e soluções para gestores públicos, professores, servidores e empresários do segmento.

“O nosso evento é um congresso agregado com uma feira, que está programado não só para a área pública, quanto para a privada. Nós

**A feira e congresso de educação ocorre entre 8 e 11 de agosto de 2023, no Distrito Anhembi, e vai reunir mais de 350 palestrantes**

podemos contribuir, enquanto evento e feira, com produtos, serviços e soluções que sejam muito próximos da realidade do cliente, do professor, do gestor, da criança e da família. Então, o que será mostrado visa também a melhoria da experiência dos protagonistas da educação”, explica.

Melo reforça que, em termos de solução, os conteúdos do congresso são os grandes destaques. Afinal, os pilares foram montados em cima de 10 a 15 eixos temáticos, para poder tratar toda a área pública e privada.

“Mas nós temos também soluções de aplicativos, de sistemas, de brinquedos pedagógicos, e de experiências diferenciadas que vão estar à disposição do público”, acrescenta o CEO da Futuro Eventos.

**• DESAFIOS DA EDUCAÇÃO •**

Para Marcos Melo, hoje, o Brasil precisa de uma mudança de menta-

lidade completa com relação à forma de se encarar a educação. “O trato que nós temos na educação privada já é infinitamente superior ao trato de qualidade que nós temos na rede pública hoje. O grande problema das cidades é estabelecer políticas e planejamento que sejam eficientes”.

Melo ainda destaca que são os investimentos em educação que vão dar um resultado para a sociedade local ao longo dos anos, não só em pequeno e médio prazos.

“Investimento em educação, na formação de professores, na qualificação de materiais de instalações. Porque a verba se tem hoje em nível municipal, mas muitos dirigentes municipais não sabem como utilizá-las, inclusive da melhor forma. Existe um percentual que o município tem que gastar com educação. Mas é preciso estabelecer políticas boas para poder se ter resultados”.

E ainda diz: “as cidades, independente do seu tamanho, da sua estrutura, tem condições perfeitas de programarem projetos que sejam relevantes sob o ponto de vista pedagógico, educacional e de resultados que vão impactar o seu dia a dia e, lá na frente depois, fazer com que essa cidade cresça”.

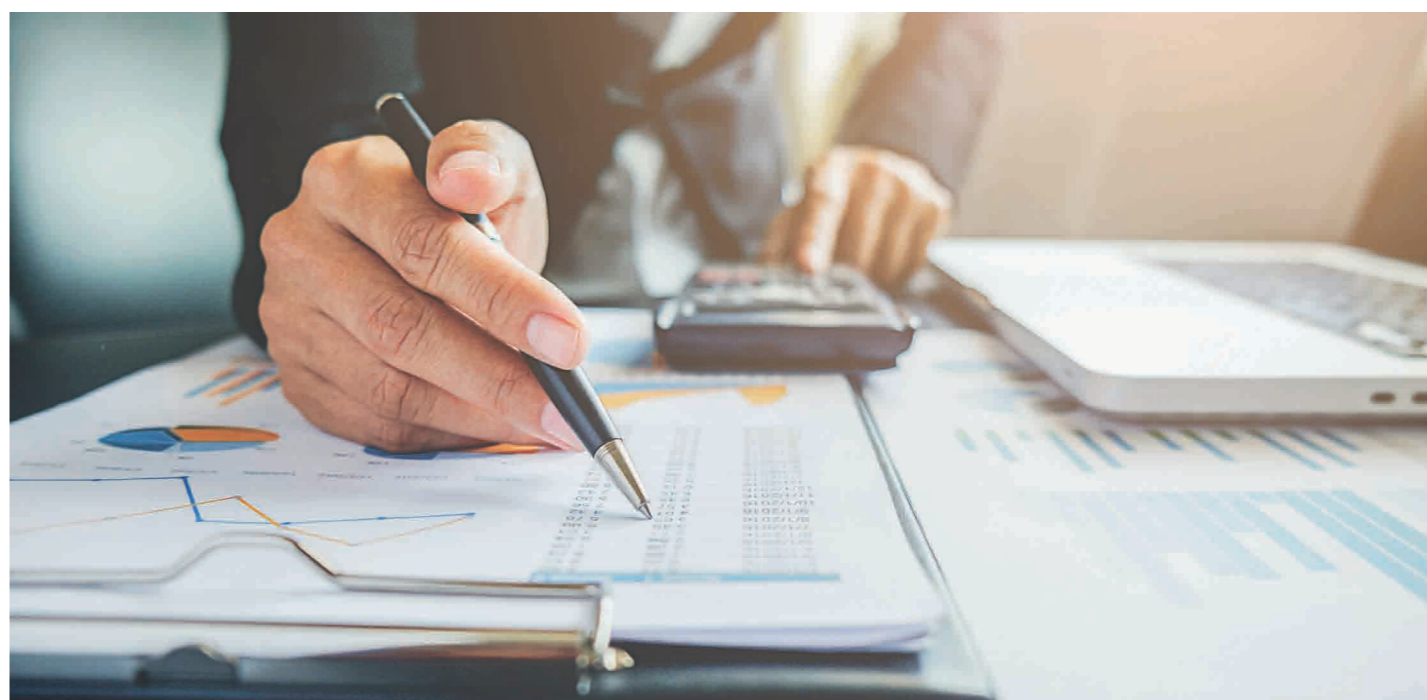
**• TRANSFORMAÇÃO DIGITAL •**

Por fim, o CEO afirma que c. “É inevitável, hoje, que uma escola trabalhe com transformação digital e com processos de inovação. Avançar não é só ter computador dentro da escola, é como estão lidando com a transformação digital, como é que o mundo está mudando, e como a escola está atuando com isso, se ela está acompanhando de uma forma rápida. Porque não adianta mudar na escola hoje algo que já foi mudado há dois anos no mundo inteiro. Tem que ser sempre muito rápido a velocidade. Então as políticas públicas têm que ser muito bem feitas pelos nossos governantes para que isso possa ser melhorado e as pessoas possam ter resultados efetivos”.

Eliría Buso  
uvesp@uvesp.com.br

## O que legitima a renúncia fiscal?

A imposição de tributos requer a aprovação prévia do Poder legislativo



O TCE precisa ter acesso às informações que lhe permitam exercer sua competência constitucional

O dever do Estado de promover políticas públicas, disponibilizar serviços aos cidadãos e garantir direitos existenciais mínimos pressupõe a busca por fontes de custeio, sendo a principal delas a arrecadação tributária.

Esse poder de exigir dinheiro dos contribuintes é controlado por normas e regras específicas no intuito de afastar eventual abuso dos governantes. Chamo a atenção para o princípio da legalidade. Ou seja, qualquer imposição de tributos requer a aprovação prévia do Poder Legislativo, com antecedência razoável, dentre outros requisitos que atuam para limitar o impulso arrecadatório estatal. Assim funciona o regime de direito público. Nada pode ser feito se não estiver previsto no ordenamento jurídico.

Depois de as regras serem estabelecidas em lei, de forma abstrata, cabe ao fisco ir atrás dos impostos, taxas e contribuições, obrigatoriamente, sendo proibido, por óbvio, deixar de cobrar de um ou de outro por decisão arbitrária. Primeiro, porque a receita pertence a toda sociedade que integra o ente federativo. E, segundo, por uma questão de isonomia.

Mas a lei - sempre ela - abre a possibilidade de o Estado abdicar de parte da arrecadação. Existem, assim, os chamados incentivos fiscais, as isenções, desonerações tributárias, dentre outros institutos que importam em renúncia de receitas e podem ser criados, justamente, para estimular a economia, fomentar setores e preservar empregos. Observadas as condicionantes legais, em especial os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art.14), a concessão ou ampliação da

**O poder de exigir dinheiro dos contribuintes é controlado por normas e regras específicas no intuito de afastar eventual abuso dos governantes**

renúncia é lícita e serve como relevante ferramenta de governo.

E foi exatamente esse o tema que levou o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) a suspender, no dia 21 de junho, a sessão que analisava as contas anuais do Governo do Estado de São Paulo relativas ao exercício de 2022. O Plenário decidiu solicitar mais dados e documentos sobre a renúncia fiscal, adiando a decisão pela primeira vez na história. A análise foi concluída na semana seguinte, dia 28 de junho, com a emissão de um parecer favorável, porém ressaltando o tema, porque os sete Conselheiros que compõem o colegiado entenderam que o Estado não enviou números e informações suficientemente detalhadas. Essa percepção não é de hoje, e vem sendo observada há muito tempo.

Desde 2017, os pareceres emitidos pelo TCESP insistem na necessidade de o Governo do Estado ser mais proativo e transparente, para que as equipes de fiscalização do órgão de controle externo tenham acesso às informações, mas esbarra em uma alegação de “sigilo fiscal”. Quando fui relator das contas refe-

rentes ao exercício de 2020, registrei em meu voto a necessidade de se ter condições de mensurar os impactos da renúncia na atividade econômica e nas finanças públicas. Entre as 128 determinações constantes de meu voto, acolhido pelo Pleno em 23 de junho de 2021, destaco as duas abaixo, destinadas à Secretaria da Fazenda e Planejamento:

**64.** Revise os normativos propostos no âmbito do Plano de Ação, por meio da Ação D.3, aperfeiçoando-os de forma que neles se distribuam competências e se regulamentem as atividades de estimação da fruição de benefícios tributários e cálculo da renúncia de receitas incorrida, bem como para as atividades de projeção das renúncias para os exercícios futuros e a produção dos demonstrativos requeridos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Constituição Federal, considerando todos os benefícios de todos os tributos, individualizados por ato concessório, incluindo a elaboração de um anexo metodológico e o registro das memórias de cálculo da estimação apresentada;

**65.** Aprimore os Demonstrativos de estimativa e compensação das renúncias de receitas, incluindo todos os tributos estaduais e todas as modalidades de renúncia elencados na Lei Complementar nº 101/2000, cuidando para que haja o mínimo indispensável de informações ocultadas em virtude de sigilo fiscal;

Apesar de alguns avanços desde então, a atividade de controle externo continua com dificuldades de verificar se há obediência ao princípio da legalidade e se há efetividade nos resultados decorrentes de benefícios conce-

dados pelo Estado a contribuintes e categorias determinadas.

O que a sociedade paulista têm de saber, primeiro, é quanto, exatamente, o Estado deixa de arrecadar, no total, em razão da renúncia fiscal. Para que se tenha uma ideia da dimensão desse montante, a estimativa do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias enviado pelo Executivo à Assembleia Legislativa é que, em 2024, deixarão de ser cobrados R\$ 58 bilhões em ICMS e outros R\$ 5 bilhões em IPVA.

Também precisamos saber como são produzidos os estudos que projetam o impacto orçamentário-financeiro e quem toma ou deveria tomar a decisão relativa à concessão do benefício.

Por fim, é essencial que o TCESP possa verificar quem são, principalmente, as pessoas jurídicas beneficiárias, e em que medida. Ainda que os dados específicos envolvam “sigilo fiscal”, isso não pode impedir um órgão de controle de exercer sua competência constitucional. O acesso aos dados por parte do fiscalizador não significa ruptura do sigilo. O objetivo é entender a motivação e fundamentação do ato administrativo, para atestar se essas renúncias, de fato, foram criadas para atingir finalidades sociais relevantes.

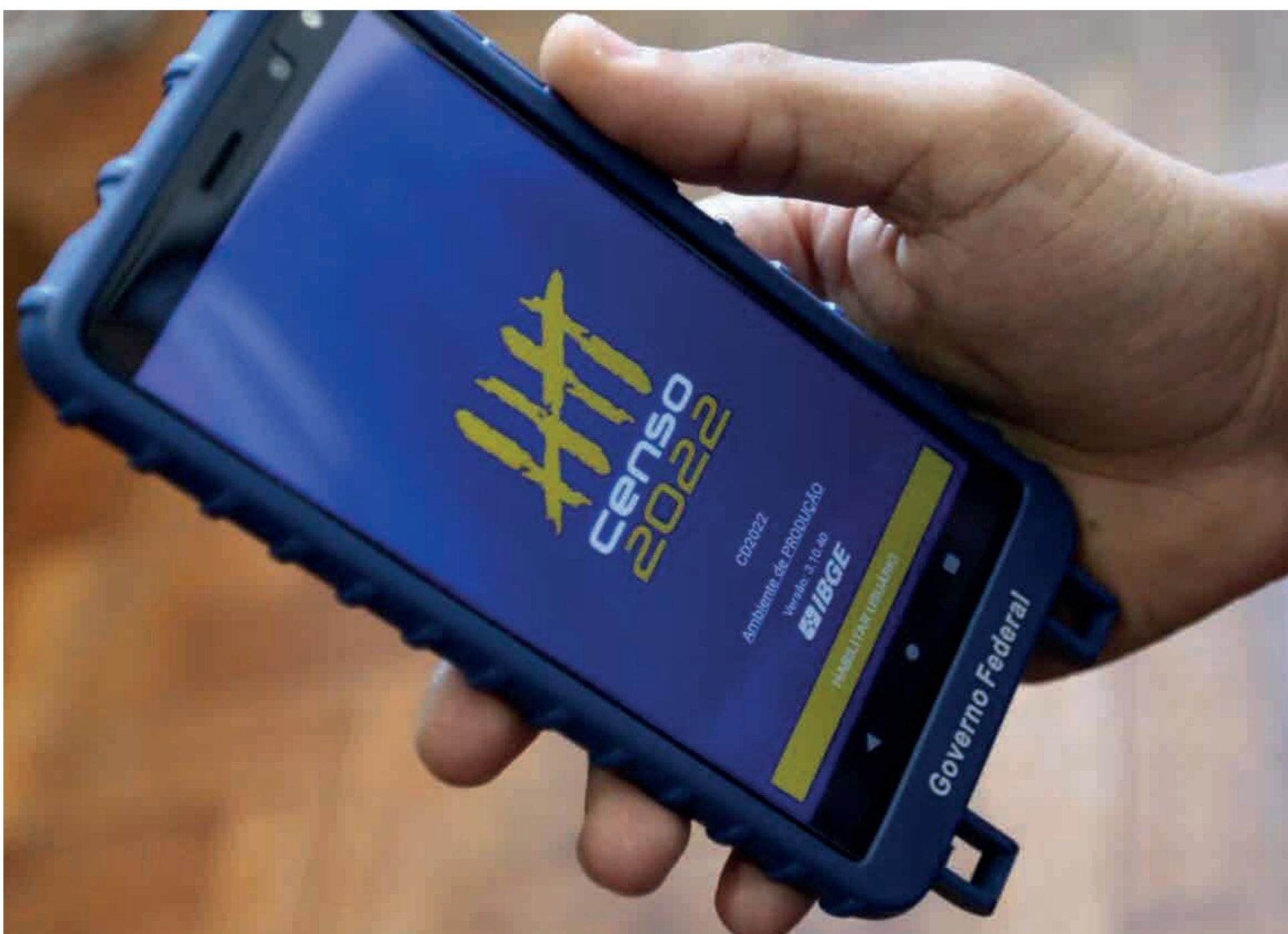
Nesse contexto, é preciso lembrar do princípio da escassez e seu diálogo com a equação custo-benefício. A dispensa de uma obrigação tributária impõe rigor e justificativa do ponto de vista do interesse público, uma vez que os recursos estatais têm como prioridade suprir direitos fundamentais em áreas básicas e sensíveis. Todo recurso que deixa de entrar nos cofres do Estado deve ter destino mais relevante e melhor resultado do que teria caso fosse recolhido e aplicado diretamente em ações de custeio ou investimento. E isso precisa ser demonstrado para o TCESP e para todos os paulistas.🗣️



Dimas Ramalho é Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

# Resultado do Censo 2022 traz al

## Alguns municípios do Estado terão



O Censo, que teve atraso de dois anos, apresenta mudanças significativas em alguns municípios paulista.

**C**enso 2022 traz números que poderão alterar o número de vereadores em vários municípios para as próximas eleições.

Vale lembrar que é o art. 29 da Constituição Federal, juntamente com a Emenda nº 58, de 2009 que define no inciso IV, o número máximo de vereadores em relação ao número de habitantes do município; mas o número exato de vagas disponíveis é definido pela Lei Orgânica de cada município, respeitando sempre o número máximo legal.

A Lei Orgânica do município fará a definição do número de vereadores com base na receita do município, para que tenha condições financeiras de suportar.

Os novos números populacionais trazem algumas curiosidades em comparação ao Censo 2010,

como os municípios de Guarani d'Oeste e Monteiro Lobato que diminuíram sua população em apenas 2 pessoas, Poloni em 3, Emilianópolis em 6 pessoas, Inúbia Paulista em 15, Salmourão em 18, enquanto Torrinha teve um crescimento de 5 novos moradores.

No geral houve um crescimento populacional geral, mas muitas cidades tiveram alterações negativas. São elas: Altair, Alto Alegre, Alvinlândia, Américo Brasiliense, Aparecida, Aparecida D'Oeste, Apiaí, Arapeí, Ariranha, Auriflamma, Avai, Avanhadava, Bálsamo, Bananal, Barbosa, Barra Bonita, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Bento de Abreu, Boa Esperança do Sul, Bom Sucesso de Itararé, Borborema, Brejo Alegre, Cabralia Paulista, Caconde, Caiabu, Cajobi, Campos do Jordão, Candido

**No geral houve um crescimento populacional geral, mas muitas cidades tiveram alterações negativas**

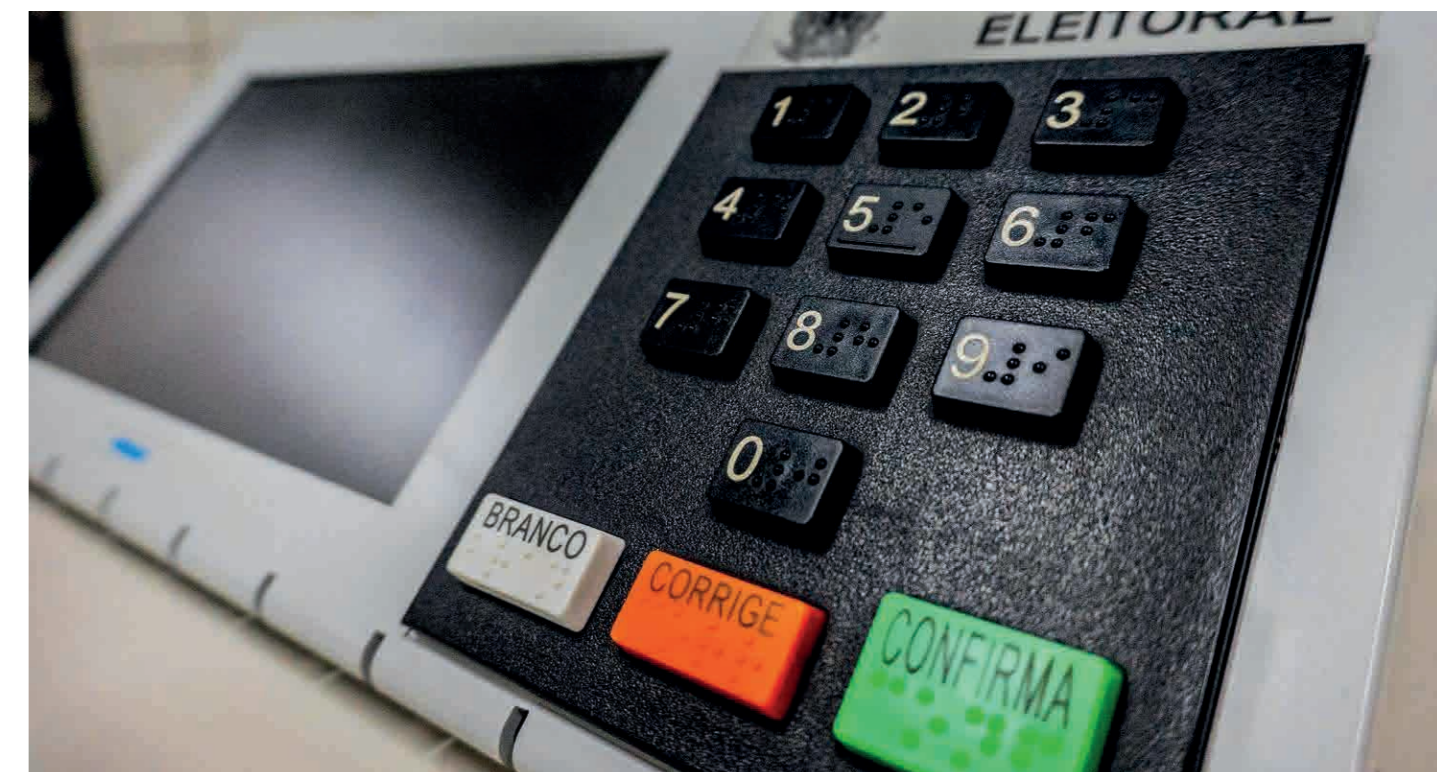
Mota, Cardoso, Catiguá, Clementina, Conchas, Coronel Macedo, Cruzália, Cruzeiro, Cubatão, Cunha, Dirce Reis, Divinolândia, Dois Córregos, Dourado, Duartina, Echaporã, Eldorado, Embaúba, Espírito Santo do Pinhal, es-

pirito Santo do Turvo, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Floreal, Gália, Garça, Gastão Vidigal, Getulina, Glicério, Guapira, Guará, Guaraçai, Guarujá, Guzolândia, Iacri, Ibirarema, Iêpe, Igarapava, Inúbia Paulista, Irapuã, Irapuru, Itápolis, Itapura, Itararé, Itariri, Itirapuã, Jaborandi, Jacupiranga, Júlio de Mesquita, Juquiá, Juquitiba, Lourdes, Luiziânia, Lupércio, Luécia, Macaubau, Magda, Maracá, Mariópolis, Marinópolis, Miguelópolis, Mineiros do Tietê, Miracatu, Moonções, Monte Azul Paulista, Morro Agudo, Motuca, Muritinga do Sul, Nantes, nova Campina, Nova Canãa Paulista, Nova Castilho, Nova Guataporanga, Novaes, Nova Luzitânia, Óleo, Oriente, Orlândia, Oscar Bressane, Ouro Verde, Palmares Paulista, Palmeira D'Oeste, Pal-

# teração de vagas para vereadores

## mais cadeiras nas próximas eleições

mital, Paraguaçu Paulista, Parapuã, Paulo de Faria, Pedreira, Pedrinhas Paulista, Pereira Barreto, Pindorama, Piquerobi, Piquete, Pirajuí, Pitangueiras, Planalto, Platina, Poá, Pongai, Pontal, Pontes Gestal, Populina, Pracinha, Pradópolis, Presidente Alves, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Promissão, Queluz, Rancheira, Restinga, Ribeira, Ribeirão Bonito, Ribeirão dos Índios, Riversul, Rincão, Rinópolis, Riolândia, Rosana, Rubiacéia, Salesópolis, Sandovalina, Santa Adélia, Santa Lúcia, Sata Rita do Passa Quatro, Santo Anastácio, Santos, Santópolis do Aguapeí, São Francisco, São José da Boa Vista, São José do Barreiro, São Luiz do Paraitinga, São



Atualização das populações dos municípios pode mudar o número de vereadores em algumas cidades nas próximas eleições

• NÚMERO ATUAL DE VEREADORES • MUNICÍPIO • VEREADORES MÁXIMO X HAB. 2022\* •

9	Araçoiaba da Serra	13	9	Guareí	11	19	São Caetano do Sul	21
12	Artur Nogueira	15	9	Holambra	11	9	São Lourenço da Serra	11
15	Arujá	17	9	Ilhabela	13	12	São Sebastião	17
21	Barueri	23	11	Iperó	13	17	Sertãozinho	19
9	Bertioga	15	13	Louveira	15	19	Suzano	23
13	Boituva	15	11	Mogi Guaçu	15	19	Taubaté	23
19	Bragança Paulista	21	11	Porto Feliz	15	9	Tremembé	15
10	Caieiras	17	9	Santa Fé do Sul	13	9	Tupi Paulista	11
15	Cajamar	17	17	Santana de Parnaíba	19	10	Ubatuba	17
13	Capivari	15	28	São Bernardo do Campo	29	11	Vargem Grande Paulista	15

\*lembrando que o número de vereadores é definido pelo regimento interno de cada Câmara Municipal

**A Lei Orgânica do município fará a definição do número de vereadores com base na receita do município, para que tenha condições financeiras de suportar**

Manuel, São Sebastião da Gramma, São Simão, São Vicente, Sete Barras, Severina, Sud Mennucci, Suzanópolis, Tabapuã, Taiaçu, Tambaú, Tapiraí, Tapiratiba, Taquaral, Taquaritinga, Tarabai, Tejupá, Terra Roxa, Timburi, Torre de Pedra, Tiriúba, Turmalina e Urânia.

Já alguns municípios tiveram aumento significativo de sua população, alterando o futuro quadro de suas Câmaras Municipais, como pode ser visto ao lado:

As alterações populacionais apresentadas pelo Censo 2022, são ferramentas para criação de políticas públicas em geral.

Patricia de Campos  
Jornalista  
patricia.campos@uvesp.com.br

# Projeto Municípios Resilientes por seu enfrentamento aos

## O desempenho dos municípios e suas Defesas Civas foi



O programa tem como base ações que visam a prevenção de desastres naturais, a promoção da sustentabilidade e o fortalecimento da governança local

No final de junho, 66 cidades paulistas receberam o Prêmio Municípios Resilientes 2023. Em evento realizado no Palácio dos Bandeirantes, na capital do estado, foi entregue o reconhecimento que tem como base os indicadores de gestão do Índice de Efetividade da Gestão Municipal do programa Município Verde Azul, do Governo de São Paulo, e da campanha Construindo Cidades Resilientes, da Organização das Nações Unidas.

O programa foi criado em 2019 para estimular os municípios paulistas a adotar políticas e ações de redução de risco de desastre e ampliar o acesso a recursos para execução de obras, promoção de estudos de prevenção e aquisição de equipamentos.

Nesta edição, os três municípios com maior pontuação e que recebem o prêmio são: Campinas com grau ouro (99,5 pontos); São José do Rio Preto (95,5), com grau prata; e Vinhedo, com grau bronze. Já os municípios de Estiva Gerbi, Santo Antônio da Alegria e Bebedouro tiveram destaque na evolução da resiliência.

Segundo o prefeito municipal de Vinhedo, Dr. Dario, reforça que vêm sendo feitas políticas e ações de redução de risco de desastres constantes na cidade. “Ficamos muito satisfeitos em receber essa premiação que mos-

**O programa foi criado em 2019 para estimular os municípios paulistas a adotar políticas e ações de redução de risco de desastre**

tra que estamos no caminho certo. Desde o início do período de chuvas, em dezembro do ano passado, o Departamento de Defesa Civil de Vinhedo vem agindo para mitigar os estragos ocasionados pela forte quantidade de chuvas. Paralelo a isso, a Prefeitura, pela Secretaria de Obras, tem agido de forma rápida em obras emergenciais, investindo mais de R\$23 milhões, para resolver problemas antigos da cidade”.

Para o prefeito municipal de São José do Rio Preto, Edinho Araújo, o Prêmio Município Resiliente 2023 é um grande incentivo. “Mostra que São José do Rio Preto se mantém atento e preparado, com ações estratégicas de prevenção e resposta adequada permanente diante de eventos climáticos e acidentes. Nossas iniciativas têm foco na integração de pautas de sustentabilidade, tecnologia e meio ambiente. Apostamos

na arborização, na preservação da biodiversidade e de recursos hídricos, na comunicação e na informação, inclusive em tempo real, pelos mecanismos da Defesa Civil. Pelo conjunto de ações, Rio Preto, que foi o segundo município do Estado a aderir à Agenda 2030, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, é tricampeã do Prêmio Município VerdeAzul, do Estado”.

“Agradeço a todos os servidores e a equipe da Prefeitura Municipal que trabalha nesse projeto, em nome do Secretário de Segurança Pública, Rogério Valverde, e do coordenador da Defesa Civil, Luciano Silva, que estão ligados diretamente a essas ações e projetos. Bebedouro está sendo reconhecida por estar ainda bem preparada para eventos adversos, o que nos deixa muito satisfeitos”, reforça o prefeito municipal de Bebedouro, Lucas Seren.

As cidades de Aguiá, Americana, Araraquara, Artur Nogueira, Atibaia, Avaré, Bauru, Botucatu, Caçapava, Cajati, Campo Limpo Paulista, Campos Do Jordão, Casa Branca, Cubatão, Francisco Morato, Franco Da Rocha, Guarujá, Guarulhos, Ilha Solteira, Itanhaém, Itapetininga, Itapeva, Itaquaquecetuba, Itatiba, Itu, Jaú, Jundiá, Leme, Lençóis Paulista, Limeira, Lins, Louveira, Martinópolis,

Matão, Mogi Das Cruzes, Monteiro Lobato, Osasco, Pariquera-Açu, Paulínia, Pederneiras, Piracicaba, Pongai, Porto Feliz, Praia Grande, Presidente Prudente, Rio Claro, Salto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Carlos, São Manuel, São Sebastião, Sertãozinho, Sorocaba, Sumaré, Tatuí, Valentim Gentil e Votuporanga obtiveram 70 pontos ou mais também receberam certificados de resiliência.

**• SÃO SEBASTIÃO EM DESTAQUE •**

Entre os municípios certificados, São Sebastião, no Litoral Norte de São Paulo, foi um dos destaques em relação à resiliência e determinação. Desde as fortes chuvas de fevereiro, que resultaram em destruição, deslizamentos de terra, alagamentos e desabamentos, a cidade tem enfrentado grandes desafios.

O evento catastrófico causou comoção nacional, com um total de 64 óbitos, uma pessoa ainda desaparecida e a destruição de 35 quilômetros de infraestrutura. Além disso, milhares de pessoas foram obrigadas a deixar suas casas, algumas retornando às suas cidades de origem por meio do programa de recâmbio social. A cidade também providenciou abrigos temporários para outras vítimas, além de famílias que optaram pelo auxílio-aluguel.

As vítimas, que atualmente estão sendo assistidas pelo município e pelo governo do Estado, aguardam ansiosamente suas moradias permanentes. Após quatro meses de traba-



São José do Rio Preto, representada pelo prefeito Edinho Araújo, foi um dos municípios premiados

# premia 66 cidades paulistas desafios socioambientais

## reconhecido em cerimônia realizada no último mês

lho árduo, a construção de mais de 700 casas já está em andamento e a previsão é de que sejam entregues até o final deste ano, um tempo recorde jamais visto no país. Essas habitações seguras, localizadas fora das áreas de risco, proporcionarão dignidade para aqueles que perderam seus lares.

**• FORTALECIMENTO DA GESTÃO •**

O Programa Municípios Paulistas Resilientes foi desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo com o objetivo de promover a resiliência e a capacidade de adaptação dos municípios paulistas frente aos desafios socioambientais. Ou seja, busca fortalecer a gestão local, fomentar a sustentabilidade e o desen-



As defesas civis dos municípios paulistas foram reconhecidas em evento com a presença do Governador Tarcísio de Freitas

volvimento integrado das cidades, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Uma das principais frentes de atuação do programa é a capacitação e o suporte técnico aos municípios, por meio de treinamentos, workshops e capacitações sobre temas como pla-

nejamento urbano, gestão de riscos, segurança hídrica, mudanças climáticas, entre outros. Além disso, incentiva a troca de experiências e boas práticas entre os municípios, promovendo a formação de redes de cooperação.

Assim como o desenvolvimento

de projetos-piloto em algumas cidades, com o objetivo de implementar ações concretas e inovadoras que possam servir de referência para outras localidades. Esses projetos abrangem áreas como mobilidade urbana sustentável, preservação ambiental, eficiência energética, gestão de recursos hídricos, entre outros.

A cerimônia deste ano contou com a participação do governador Tarcísio de Freitas que, na ocasião, autorizou a assinatura de 18 convênios para obras e outros 58 para a distribuição de equipamentos a municípios em mais uma ação de fortalecimento do Sistema de Proteção e Defesa Civil de São Paulo. Os investimentos chegam a R\$ 32,4 milhões.

Eliria Buso  
uvesp@uvesp.com.br

QUERO ME FORMAR PARA EMPREENDER. QUAL CAMINHO POSSO SEGUIR?

JACKELINE COSTA  
ALUNA FACULDADE SEBRAE

Conheça a Faculdade Sebrae, o maior laboratório prático de empreendedorismo que existe. Cursos presenciais e a distância.

VESTIBULAR 2023.2. INSCRIÇÕES ABERTAS.

Acesse [faculdadesebrae.com.br](http://faculdadesebrae.com.br)  
O Sebrae é pra você. E pra qualquer um que quer empreender!

# Estância Turística de São Roque é a capital do turismo paulista

Secretarias estaduais de turismo e de cultura participam da reunião de prefeituras da APRECESP



Crescimento do turismo paulista é tema de reunião entre prefeituras e o governo estadual

A 3ª Reunião da Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo – APRECESP aconteceu no dia 08 de julho, no CECT - Centro Educacional, Cultural e Turístico Brasital, em São Roque/SP.

O secretário estadual de Turismo e Viagens, Roberto de Lucena, e o secretário executivo Marcelo Henrique da Secretaria Estadual da Cultura, Economia e Indústria Criativas, prestigiaram o evento que contou com a presença de prefeitas(os), vice-prefeitas(os), secretárias(os) e diretoras(es), representantes dos conselhos municipais de turismo e convidados das estâncias paulistas.

A abertura dos trabalhos foi feita pelo presidente da APRECESP, Lê Braga, prefeito de São José do Barreiro, e pelo prefeito anfitrião Guto Issa.

Em seguida, aconteceu a assinatura do termo de cooperação

entre Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas e a APRECESP que objetiva o apoio técnico, fomento e promoção do turismo cultural e da economia criativa nas estâncias turísticas.

Também houve o lançamento do termo de cooperação técnica entre a APRECESP e o Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI/SP, com a presença do presidente José Augusto Viana Neto. Entre os benefícios está a avaliação gratuita dos imóveis públicos, a divulgação das estâncias para potenciais investidores imobiliários e a promoção da locação segura por meio de corretores credenciados.

Durante o evento ocorreu ainda a apresentação do “Planejamento Estratégico APRECESP: Atualizações” feita por Guilherme Miranda e José Verissimo da GM2C Consultoria.

Um resumo das atividades da equipe técnica, diretoria e equipes das prefeituras associadas à APRECESP foi apresentado num vídeo institucional.

Por fim, o secretário estadual de Turismo e Viagens, Roberto de Lucena, fez uma explanação sobre os recursos DADETUR e as ações da secretaria.

“Agradeço ao prefeito Guto Issa e toda sua equipe pela calorosa e competente recepção”, destaca o presidente Lê Braga. “Aproveito para reforçar a necessidade de nós, prefeitas e prefeitos, estarmos unidos nesse momento, diante da nova legislação estadual que

mexe com o número de estâncias e os critérios do ranqueamento”. A próxima Reunião de Prefeituras da APRECESP será realizada nos dias 18 e 19 de agosto em Atibaia/SP.

OM30



## CONHEÇA O SAÚDE SIMPLES INDICADORES, O APP DO GESTOR!

O Saúde Simples Indicadores é um APP desenvolvido para ser aliado do Gestor na tomada de decisão.

Com ele, é possível ter na palma da mão, de forma simples e objetiva, os principais indicadores do município, como dados do Previne Brasil, Absenteísmo, Picos de Atendimento em Unidades de Pronto Atendimento.

Entre em contato e descubra como podemos te ajudar a simplificar sua gestão.

SAIBA MAIS: WWW.OM30.COM.BR / +55 (11) 3648-7070

@om30brasil



Veja fotos



Assista o vídeo

**Aproveito para reforçar a necessidade de nós, prefeitas e prefeitos, estarmos unidos nesse momento, diante da nova legislação estadual que mexe com o número de estâncias e os critérios do ranqueamento.**

# TCESP busca acelerar processos e ampliar eficiência do Controle Externo com nova ferramenta de Inteligência Artificial

Essa é uma solução inédita de uso da inteligência artificial generativa para a análise de documentos



A ferramenta de artificial chega para facilitar o andamento rápido dos processos do TCESP

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo lançou, no último mês de junho, uma nova ferramenta de Inteligência Artificial. A ANIA – Assistente Natural com Inteligência Artificial, visa agilizar a análise de documentos PDF, dando celeridade ao trabalho de auditoria.

A novidade é baseada na mesma tecnologia do ChatGPT e tem habilidade avançada de processamento. Ou seja, consegue responder perguntas sobre conteúdos dos arquivos, além de elaborar resumos e categorizar documentos.

Voltada para os servidores do TCESP, a ferramenta tem interface simples, totalmente em português, permitindo que os usuários trabalhem de forma natural e intuitiva. A ANIA também é capaz de aprender com o uso contínuo e a interação com os usuários, aprimorando respostas e fornecendo resultados cada vez mais precisos.

“Investindo em tecnologia, nosso objetivo é sempre tornar o TCESP mais eficiente. E ferramentas como a ANIA dão mais

Sobre a importância da modernização dos processos, tanto para os servidores, quanto para os outros afetados pelo trabalho, como os municípios, Beraldo destaca que: “vivemos em um período de grandes transformações tecnológicas e a pandemia nos mostrou o quanto ferramentas digitais podem facilitar o trabalho de todos. O Controle Externo precisa acompanhar essa evolução e investir constantemente em novas maneiras de exercer suas funções. A tecnologia permite que os servidores dediquem tempo a atividades mais complexas e tomem decisões embasadas em dados confiáveis. Já os jurisdicionados e a sociedade são favorecidos porque nos tornamos mais eficientes. Pesa ainda o caráter pedagógico de iniciativas como essa, já que temos insistido bastante com os municípios para que pensem em TI também como uma forma de prestar serviços melhores à população”.

Já segundo o Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Fábio Correa Xavier essa nova ferramenta representa um avanço tecnológico significativo.

“A ANIA será uma aliada valiosa para os servidores em tarefas que envolvem a interpretação de informações complexas, como análise de documentos para auxiliar na redação de pareceres. Essa inovação impulsionará a eficiência do trabalho, mantendo a integridade, privacidade e segurança dos dados. Cabe destacar que ANIA

**A novidade é baseada na mesma tecnologia do ChatGPT e tem habilidade avançada de processamento.**

é apenas a primeira de uma série de ferramentas de IA disponibilizadas, com várias outras em desenvolvimento, mostrando o compromisso contínuo do Departamento de Tecnologia da Informação em evoluir e se adaptar às necessidades do Tribunal”.

Além disso, Xavier destaca que, com o lançamento da ANIA, o TCESP ratifica sua posição de vanguarda no uso de tecnologias de ponta, pois é uma solução inédita de uso da inteligência artificial generativa aplicada à análise de documentos.

Além do lançamento da ANIA, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), por meio de seu Departamento de Tecnologia da Informação, está planejando uma série de próximas entregas de soluções que utilizam a inteligência artificial generativa e que impulsionarão ainda mais a eficiência e a produtividade no ambiente de trabalho. Entre as novidades esperadas estão: ChatGPT integrado ao Teams, leitura automatizada de pareceres e decisões e integração com o SEI e e-TCESP.

“Essas próximas entregas devem aprimorar ainda mais as capacidades da inteligência artificial no TCESP, tornando-a uma parceira essencial para os servidores em suas atividades diárias. Ao automatizar tarefas rotineiras e fornecer suporte na análise de dados e na elaboração de documentos, o Tribunal aumentará sua eficiência e permitirá que os servidores se concentrem em tarefas mais estratégicas e de maior valor agregado”, finaliza Fábio Correa Xavier.



Sidney Beraldo afirma que o objetivo é sempre tornar o TCESP mais eficiente

Eliria Buso  
uvesp@uvesp.com.br



# Câmara de Campinas lança gibi para estudantes

Um programa educativo para formação política dos jovens



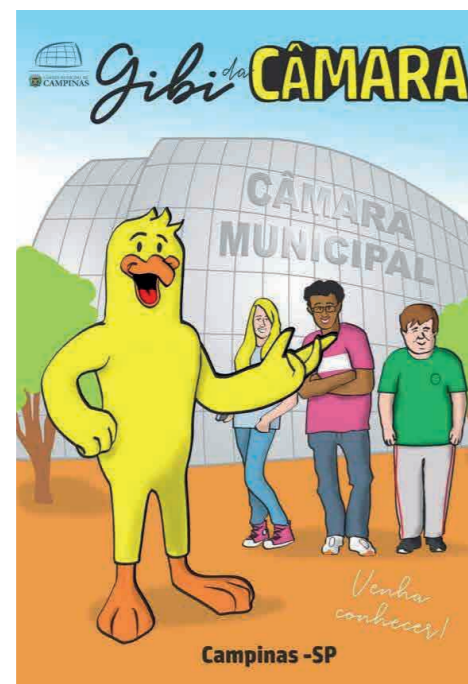
“O gibi tem a linguagem dos jovens, ficando mais fácil a comunicação”, diz o Vereador Luiz Rossini, presidente da Câmara Municipal de Campinas

A Câmara de Campinas, filiada a UVESP inova forma de formação política para jovens, lançando gibi, que passa a fazer parte do programa educativo para estudantes.

Coordenada pela Elecamp, a Escola do Legislativo de Campinas, o programa Câmara na Escola utiliza ainda jogos lúdicos que brincam com as referências políticas, sem levar em consideração as tendências partidárias. A intenção é promover, por meio da brincadeira, a reflexão e o conhecimento sobre o funcionamento dos mecanismos formais do sistema político brasileiro, formando o conceito de política para crianças e jovens.

O programa desenvolvido pela Câmara de Campinas, tem caráter educativo para levar até a rede pública e particular de ensino, conhecimento sobre formação política, cidadania e assuntos relacionados aos poderes da república nas diferentes esferas.

Elaborado pela Diretoria de Comunicação Institucional da Câmara de Campinas, por meio da Coordenação de Comunicação Social, o gibi com 16 páginas traz um enredo protagonizado pela personagem Légis, inspirado na Fênix amarela



A publicação tem formato de revista e será distribuída aos estudantes da cidade

do brasão da cidade.

O gibi tem formato de revista, com o conteúdo em história em quadrinhos, incluindo passatempos, que ensina de maneira lúdica, os principais conceitos do funcionamento do Poder Legislativo Municipal, as funções dos parlamentares, o caminho percorrido por uma ideia até que se tornar um projeto e finalmente uma lei, e muito mais.

“A narrativa inclui desde a constituição dos Três Poderes no Brasil e a história em si da Câmara de Campinas até detalhes como, por exemplo, por que a cidade tem 33 vereadores e quais são as atribuições deles, quais as diferenças entre indicação, moção e projetos de lei, entre outras ações legislativas. Já os passatempos, como labirinto, caça-palavras, jogo dos sete erros e palavras cruzadas, foram elaborados para reforçar os conhecimentos expostos na HQ”, explica o vereador Luiz Rossini, presidente da Câmara de Campinas.

**A intenção é promover, por meio da brincadeira, a reflexão e o conhecimento sobre o funcionamento dos mecanismos formais do sistema político brasileiro**

O gibi está disponível na página do site da Câmara Municipal em versão online para ser folheada de forma digital e em formato PDF para impressão e montagem e será ainda distribuído aos grupos escolares que visitam constantemente a sede do Legislativo e aos colégios que participam do programa Câmara na Escola.

Patricia de Campos  
Jornalista  
patricia.campos@uvesp.com.br

# Os Jovens, o Meio Ambiente e os Impactos das Mudanças Climáticas

Alteração no comportamento e plantio de árvores são possíveis saídas

A humanidade vive hoje um enorme desafio. A “fotografia” do clima nas diversas regiões do mundo nos coloca em situação de perplexidade: incêndios proliferando em vários países, inundações em outros com chuvas torrenciais, seca nunca vista, ondas de calor intenso sufocando as pessoas, taxas negativas de temperatura em muitos pontos do mapa mundi...

E estas situações vêm se repetindo há vários anos e seguidamente.

Os cientistas se arrojam em diagnosticar e prever piores momentos.

O Painel Intergovernamental sobre o Clima da ONU (IPCC), acaba de divulgar seu Relatório tão esperado.

E as conclusões são catastróficas: há uma forte tendência de aumento da temperatura do planeta, fato este que levará à proliferação de inúmeras catástrofes na Terra.

Estamos lidando com o impacto de uma destruição climática anunciada na vida real e em tempo real.

O aquecimento leva a um maior derretimento do gelo e a água, em decorrência, despejada nos mares, pode elevar o volume de tal ordem cobrindo ilhas e cidades. Ainda, ameaça a estabilidade das correntes marítimas, responsáveis pela manutenção do regime de chuvas em nível global.

A versão anterior do texto do IPCC, em 2013, conclui que são os humanos a causa dominante do aquecimento do planeta desde 1950. Foram as conclusões daquele Relatório que levaram à assinatura do Acordo do Clima de Paris, em 2015, que obriga governos mundiais a limitar o aquecimento do planeta a, no máximo, 2°C.

O que fazer então para tentar minimizar esta situação?

Só há duas saídas: mudança de comportamento das pessoas/empresas para a redução das emissões do carbono e gases de efeito estufa e plantio obsessivo e intenso de árvores.

Enquanto isto, nossos jovens observam...



Tanto as empresas, quanto as pessoas, precisam reduzir as emissões de carbono



A próxima geração é a parte interessada mais importante e a mais afetada quando se fala sobre o nosso futuro global.

Segundo Klaus Schwab, fundador e chair man executivo do Fórum Econômico Global, quanto à limitação do aquecimento global, os jovens estão exigindo a suspensão da exploração, do desenvolvimento e do funcionamento de

**Estamos lidando com o impacto de uma destruição climática anunciada na vida real e em tempo real**

carvão, petróleo e gás, bem como pedindo às empresas que substituam quaisquer diretores corporativos que não estejam dispostos e engajados a fazer a transição para fontes de energia mais limpas.

Além de “suplicar” para evitar a queda absoluta da retirada de árvores em várias regiões do planeta...

Na cabeça dos jovens, vem uma indagação permanente: qual a minha idade em 2040, ou 2050, ou até na última metade do século quando todas estas catástrofes estão previstas ocorrerem?

E, assim, surgem as suas inquietações inerentes à possível viabilidade de vida na Terra!

Nossa “nave mãe” está doente e precisa ser tratada e acolhida de uma forma e direção para a sobrevivência futura das gerações.

Os jovens de hoje estão envelhecendo em um mundo assolado por crises.

Estamos vivendo juntos em uma aldeia global e somente com todos os objetivos da preservação ambiental, poderemos criar o clima necessário para um mundo

pacífico e sustentável.

Faça sua parte: recicle, preserve, cuide, plante, emita menos carbono, inspire!



■ **Lívio Giosa** é Coordenador Geral do IRES (Instituto ADVB de Responsabilidade Socioambiental) e Presidente do CNDA (Conselho Nacional de Defesa Ambiental)

# A Diferença

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

## Vereador Rodrigo Caetano Barbosa Recebe Título de Cidadão Sanjoanense

A Câmara Municipal de São João da Boa Vista outorgou em 20 de junho último, em Sessão Solene realizada no Plenário Dr. Durval Nicolau, o Título de Cidadão Sanjoanense a Rodrigo Caetano Barbosa, vereador de São João. O homenageado é natural de Passos (MG); a honraria foi concedida por meio do Decreto Legislativo de autoria da vereadora Aline Luchetta.



SÃO PAULO



## Paulista vai para o espaço

1º cientista brasileiro  
confirmado

Em novembro de 2024, o 1º cientista brasileiro será enviado para o espaço. Alysson Muotri vai viajar para a ISS (Estação Espacial Internacional) e vai conduzir uma pesquisa sobre como proteger o cérebro de astronautas dos efeitos da microgravidade. Muotri é formado em ciências biológicas pela Unicamp, com doutorado em bióloga genética pela USP. O cientista brasileiro é muito reconhecido internacionalmente por suas contribuições no campo científico.

MONTE MOR

## Intercâmbio estudantil

Melhor aluno ETEC

O jovem Giovanni, morador de Monte Mor, estudante ingressou na Etec, e foi considerado “o melhor aluno em desempenho”, em 2021/2022. Foi contemplado com um intercâmbio estudantil, que propiciará um curso de inglês na cidade de Londres (Inglaterra).



ASSIS E REGIÃO

## Parlamento regional de Assis

Nova diretoria toma posse

Tomou posse a nova Mesa Diretora do Parlamento de Assis e região, que passa ser composta por: Presidente, Cristian Nogueira (Município de Palmítal); 1º Vice-Presidente, Viviane Del Massa (Município de Assis); 2º Vice-Presidente, Regina Jabur (Município de Cândido Mota); 3º Vice-Presidente, Daniel Faustino (Município de Paraguaçu Paulista); 4º Vice-Presidente, Geraldo Giannetta (Município de Pedrinhas Paulista); 1º Secretário, Vinícius Nascimento (Município de Cândido Mota) e 2º Secretário, Alan Laurentino (Município de Cruzália). “Com isso iniciaremos os trabalhos, vamos convocar os presidentes do Legislativo das onze cidades para que nomeiem os representantes para a formação das comissões”, afirmou o presidente Cristian Nogueira.



ILHABELA



## Bolsistas do Programa SOS Trabalho

Vereadores aprovam reajuste de 10%

Os vereadores da Câmara de Ilhabela aprovaram Projeto de Lei que concede um aumento de 10,1923% na bolsa-auxílio dos contemplados pelo Programa SOS Trabalho, Qualificação Profissional e Alfabetização. Com a aprovação da proposição, a concessão da bolsa-auxílio passa do valor mensal de R\$1.035,00 para R\$ 1.140,50, além dos benefícios do vale refeição e vale transporte. O Programa ainda consiste na realização de cursos de qualificação profissional para a recolocação do cidadão no mercado de trabalho e na alfabetização.

# Sustentabilidade

ITIRAPINA

## Animais de reprodução

Projeto de lei é analisado

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Itirapina se reuniu para analisar o Projeto de Lei do Executivo nº 026/2023. O projeto tem como objetivo regulamentar o procedimento de apreensão, destinação e gerenciamento dos animais de produção mantidos na zona urbana e em situação de abandono ou maus tratos. A proposta visa garantir o bem-estar dos animais e estabelecer responsabilidades claras para o poder público e proprietários.



SANTOS

## Queda de árvores

Plano preventivo é discutido

Os detalhes finais do Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC) de queda de árvores de Santos foram debatidos em um workshop. O projeto é pioneiro na região e vem sendo desenvolvido desde 2020 pela Defesa Civil Municipal, juntamente com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). O plano preventivo visa conhecer as causas das quedas de árvore na Cidade, direcionar ações preventivas e de minimização de riscos.



SANTOS

## Loteamento Lago Azul

Recebe plantio de árvores

Prefeitura de Ourinhos, em parceria com o vereador Fernando Seco, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, realizou o plantio de 340 mudas nativas no Bosque do Recreio, no loteamento Lago Azul, em uma área de 29.000 m². Trinta e seis 36 alunos do 4º e 5º ano da EMEF Professora Jandira Lacerda Zanoni, do Jardim Itamaraty também participaram do plantio.



## Ponto para E-lixo

Tem na Câmara de Votorantim

A Câmara Municipal de Votorantim agora é, oficialmente, um ponto de descarte de E-lixo – também conhecidos como resíduos de equipamento eletrônico ou lixo eletrônico, além de pilhas e baterias descarregadas. O lixo eletrônico é todo e qualquer produto elétrico e eletrônico quebrado, danificado ou inservível.



INDAIATUBA

## Programa na trilha das águas

Participação de 2.478 alunos

O programa de educação ambiental “Na Trilha das Águas”, desenvolvido pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos (Saae), em parceria com a Prefeitura de Indaiatuba por meio da Secretaria da Educação, encerrou o primeiro semestre de 2023 com a participação de 2.478 alunos dos quintos anos do Ensino Fundamental. Essa iniciativa também faz parte do Programa Município VerdeAzul, e é de extrema importância para conscientizar as crianças sobre a importância da água e sua preservação, através do estudo do meio.





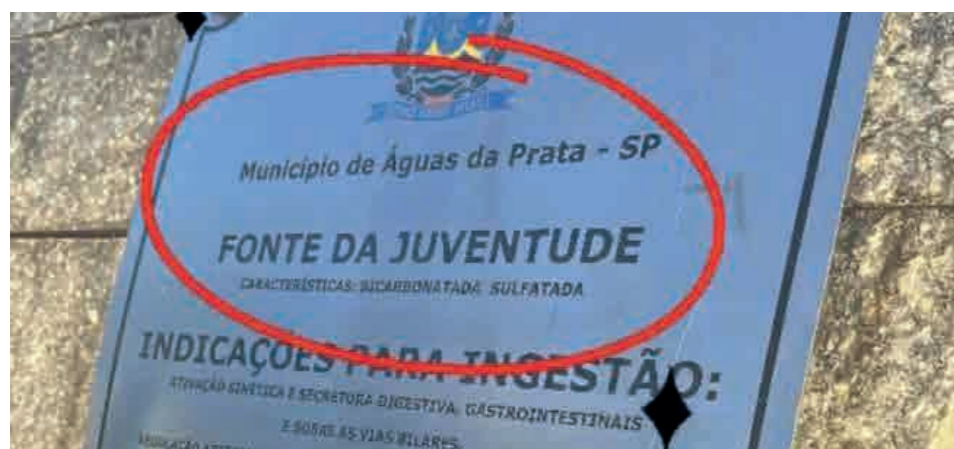
# Turismo

CANANÉIA

## Turismo Rural

Curso do SENAR

Foram quatro dias de muito aprendizado, conhecimento compartilhado que proporcionou qualificação e aperfeiçoamento nos trabalhos já executados sobre Monitoria na Propriedade de Turismo no Meio Rural, dado pelo SENAR, para propriedades rurais, incentivando novas iniciativas. O curso foi promovido pela Prefeitura Municipal da Estância de Cananeia em parceria com o SENAR e Lagamar Ecohotel.



ÁGUAS DA PRATA

## Caminho da Fé e Águas

Patrimônio Imaterial

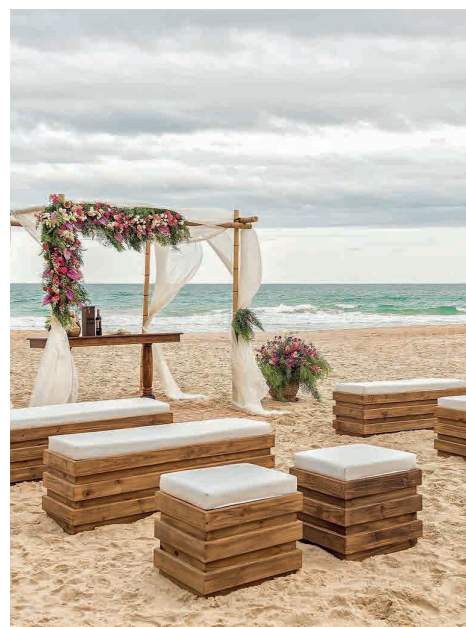
Estão entre os Projetos de Lei em votação na Câmara Municipal de Águas da Prata, transformar o Caminho da Fé como patrimônio cultural religioso de natureza imaterial, e as águas locais como patrimônio cultural histórico e natural as águas mineromedicinais da Estância de Águas da Prata.

ITANHAEM

## Casamento na Praia

Casais de todo o estado

A cidade tem atraído vários turistas oferecendo a possibilidade da realização de casamentos na praia. Esse tipo de evento tem fomentado a economia local, não só com a hospedagem dos noivos e seus convidados, mas as áreas de alimentação, decoração e serviços em geral. Para a realização da cerimônia, há uma série de procedimentos necessários para liberação junto aos órgãos públicos, bem como regulamentos a serem seguidos.



JUQUÍÁ



## Trilhas Ecológicas

Cadeiras Adaptadas

O município de Juquiá por meio de Convênio com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo foi contemplado com dois kits com três cadeiras de trilha adaptadas, sendo um ponto de acesso na Vila Olímpica e o outro que será instalado no Bosque Municipal, possibilitando que pessoas com deficiência possam realizar pas-

seios nas belíssimas trilhas que o município de Juquiá possui várias trilhas ecológicas.

**O município de Juquiá foi contemplado com dois kits com três cadeiras de trilha adaptadas'**

PIRAJÚ



## Restaurante Panorâmico

Concessão assinada

Parque Fecapi, como agora é chamado o antigo recinto de exposições, procura melhorias para se tornar o maior polo turístico do município da Estância Turística de Piraju. Além da já consagrada Trilha das Cordeiras, receberá o bar e restaurante Borogodó. O termo de concessão é de cinco anos e fará do local mais um ponto de atração turística.



# Saúde

OLÍMPIA

## Pessoas portadoras de espectro autista

Câmara limita tempo de atendimento

Com o intuito de promover a melhoria no atendimento dos serviços públicos, a Câmara Municipal aprovou o projeto de lei 5973/2023. A matéria, de autoria do vereador Leandro Marcelo dos Santos (Marcelo da Branca), determina o tempo de atendimento da pessoa com espectro autista em instituições públicas de acordo com os níveis de gravidade no Transtorno do Espectro Autista (TEA) do DSMS, no município da Estância Turística de Olímpia.



SUMARÉ

## Prevenção do Câncer de Mama

Projeto de lei para atendimento todo ano

Iniciativa do presidente da Câmara Municipal de Sumaré, vereador Hélio Silva, quer evidenciar ações de combate à doença em todos os meses do ano. O projeto de lei que tramita na Câmara Municipal de Sumaré propõe a criação do "Programa Prevenção de Janeiro a Janeiro", que tem por objetivo evidenciar ações de combate ao câncer de mama em todos os meses do ano.

JUNDIAÍ



## Proteção para gestantes

Projeto visa transformar a lei

Com objetivo de reformular e aprimorar protocolos para garantir a segurança da gestante na hora do parto, está em tramitação na Câmara Municipal de Jundiaí o Projeto de Lei 13889/2023, de autoria do vereador Daniel Lemos, que altera a Lei que permite, nas condições que específica, acesso de doulas em estabelecimentos onde se realizam parto e serviços correlatos, para assegurar o porte de instrumentos de trabalho na sala cirúrgica.



PIRACICABA



## Especialistas sobre Autismo

Câmara realiza evento

Promovido pelo gabinete do vereador André Bandeira em parceria com o Fórum Municipal da Pessoa com Deficiência, o simpósio aconteceu no dia 12 de julho, no salão nobre, o 1º Simpósio "Autismo em foco: Por uma sociedade cada vez mais inclusiva". O evento reuniu especialistas para discutir as habilidades essenciais para a vida de indivíduos com transtorno do espectro autista (TEA) e foi voltado para pais, mães e profissionais das áreas de educação e saúde.

**O simpósio aconteceu no dia 12 de julho, no salão nobre'**

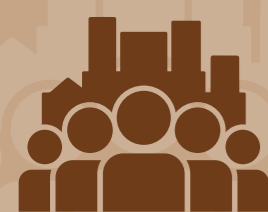
MIRASSOL

## Programa Mulheres de Peito

Mamografia gratuita em carreta-móvel

No mês junho a vereadora Cida Dias solicitou por meio de ofícios a vinda do serviço gratuito a Mirassol. Os documentos foram enviados para a Diretoria Regional de Saúde de Rio Preto (DRS-XV), do governo estadual, e Diretoria Municipal de Saúde. Em atendimento a solicitação, Mirassol recebeu nos dias 17 a 29 de julho, na Praça da Matriz, a carreta-móvel do Programa Mulheres de Peito. Foi uma oportunidade mais rápida para as mirassolenses realizarem exames gratuitos de mamografia, tão importantes para o diagnóstico e tratamento precoce do câncer de mama.





# Cidade Cidadão



SANTA CRUZ DO RIO PARDO

## 27º Ciclo de Debates com Agentes políticos e Dirigentes Municipais

Câmara se fez representada

Câmara Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo esteve presente no 27º Ciclo de Debates com Agentes políticos e Dirigentes Municipais, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Foi representada pelo presidente, vereador Lourival do Raio X, acompanhado pelo Controlador Interno Miller Zeca e pelo Assessor Parlamentar Doutor Fabrício Dias de Oliveira.

Redescobrimo

# O Interior

SÃO SEBASTIÃO

## São Sebastião, destino completo!

Praias, aventura, natureza, história, cultura e gastronomia

A cidade oferece muito mais do que se possa imaginar, guardando belezas naturais pouco exploradas e de cenários paradisíacos, além da preservação de culturas ancestrais.

O Centro Histórico de São Sebastião é um tesouro arquitetônico, com construções datadas dos Séc. XVII e XVIII, tem oito edifícios tombados pelo Condephat, espalhados por sete quarteirões, na mais antiga cidade do Litoral Norte de São Paulo, que recebeu seu nome de Américo Vespúcio.

Com canal para o mar de grande importância, foi rota de piratas e corsários, afastados e abatidos por canhões que ainda podem ser vistos na cidade. A região hoje abriga o terminal da Transpetro, que recebe petróleo por navio-petroleiro e abastece quatro refinarias do estado de São Paulo. O canal é também rota das baleias Jubarte, atraindo turistas para avistamento en-



tre os meses de junho a agosto.

Com a grande influência da Igreja Católica vinda com os espanhóis e portugueses, os festejos culturais em São Sebastião são quase todos católicos, apresentando algumas vezes uma adaptação caieira, como a procissão marítima de São Pedro Pescador, a Congada de São Benedito e a Folia de Reis, que mantém vivas as tradições.

O artesanato local tem como base a madeira, palhas de taboa e sementes, onde as cores fortes estão quase sempre presentes. A cidade trabalha o Turismo de Base Comunitária, em parceria com a Associação de Pescadores de Boiucanga, que oferece uma série de roteiros. Há ainda a Aldeia Guarani do Rio Silveira, que conserva todas as ritualísticas de seus

antepassados, bem como sua cultura.

A Serra do Mar está presente em 74% do território de São Sebastião, totalmente protegida, que abriga várias cachoeiras que podem ser alcançadas através de trilhas. Passeios em caiaques no Rio Una e paredões para prática de rapel, atraem quem busca o turismo de aventura, que se ampliam com a possibilidade de praticar o cascading, trekking, entre outros.

Banhada por águas azul esverdeadas, propícias para mergulhos, onde vivem aproximadamente 1.300 espécies de peixes no litoral de 108 Km de costa, divididos em cinquenta e três praias com Mata Atlântica preservada. Completando o cenário, há as ilhas e ilhotas da costa de São Sebastião, cada qual com sua característica própria, e o arquipélago de Alcatrazes.

“O turismo tem sido uma das principais prioridades da minha administração como prefeito de São Sebastião, resultando no reconhecimento da nossa cidade em feiras nacionais e internacionais, onde conquistamos prêmios inéditos. No entanto, estamos enfrentando um desafio delicado no momento. As fortes chuvas durante o feriado de Carnaval, resultaram em um estado de calamidade pública na nossa cidade. Estamos trabalhando em parceria com os governos estadual e federal para realizar uma série de ações visando a reconstrução e reestruturação das áreas afetadas pelas chuvas. Desde 2017, temos nos empenhado em diversas iniciativas, valorizando os nossos moradores locais e o comércio, impulsionando a nossa economia e fortalecendo o setor turístico. Destaco o empenho da nossa cidade em proporcionar aos turistas uma experiência única, valorizando as nossas belezas naturais, cultura e gastronomia local, além de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de São Sebastião e do Litoral Norte. É fundamental a união e o trabalho conjunto para superarmos essas adversidades e garantirmos um futuro melhor para os nossos moradores e visitantes da cidade”, comenta Felipe Augusto, prefeito municipal de São Sebastião.

Patricia de Campos  
Jornalista  
patricia.campos@uvsp.com.br



Foto 1 - (Em cima) letreiro de São Sebastião;  
Foto 2 - (Em cima) Prefeito Felipe Augusto;  
Foto 3 - Artesanato indígena;  
Foto 4 - Porto dos pescadores de Boiucanga;  
Foto 5 - Praia de Bouçucanga;  
Foto 6 - Cesários do Centro;  
Foto 7 - Praia de Maresias;

ITARARÉ

## Kit lanche para pacientes

Câmara promove doação

Liderado pelo Presidente Peineira da Pedra Branca com o apoio dos Vereadores Mário Pina, Mara e demais edis, iniciaram uma campanha para fornecer um “kit lanche” aos pacientes que utilizam os transportes municipais para realizar tratamentos de saúde em outras cidades. Essa iniciativa tem como objetivo oferecer maior dignidade e suprir as necessidades básicas dos pacientes que enfrentam longas viagens e muitas vezes não têm recursos para se alimentar adequadamente durante o trajeto.



TAQUARATINGA



## Combate ao racismo no esporte

Aprovado projeto de lei

O projeto de lei aprovado, foi apresentado pelo vereador Juninho Previdelli. A lei também estabelece obrigações aos organizadores dos eventos, como a divulgação dos canais oficiais de denúncia contra a prática dos crimes ligados ao racismo. Cartazes e anúncios sonoros deverão conter a frase: “Todos somos iguais. Racismo é crime. Denuncie!”. Também prevê campanhas educativas antes do início e no intervalo de cada evento esportivo.

CACONDE



## Novas casas populares

Assinada a “Ordem de Serviço”

Vereadores Cacondenses participam de solenidade de assinatura de Ordem de Serviços de novas casas populares, que serão entregues aos cidadãos cacondenses contemplados com o novo empreendimento habitacional. Na ocasião os vereadores aproveitaram a oportunidade para conversar com o Walter Siqueira, representante da CDHU, a respeito do valor das parcelas das casas populares do loteamento do Bairro Jardim Redentor, tema contestado pelos mutuários.

ARARAS

## Semana do Empreendedorismo e da Inovação

Agora faz parte do calendário de Araras

Por iniciativa do vereador Rodrigo Soares, foi aprovado o projeto de lei que institui em Araras a Semana Municipal do Empreendedorismo e da Inovação, a ser comemorada anualmente na terceira semana do mês de abril. A propositura visa realizar palestras, debates e outras atividades com o objetivo de fortalecer e disseminar a cultura do empreendedorismo e da inovação no município, bem como estimular a criação e a divulgação de políticas públicas que busquem promover melhorias no ambiente empreendedor e inovador na cidade.





ESCOLA  
**UVESP**

**2º SEMESTRE**

◆ **CURSOS**

- ◆ Presenciais
- ◆ In Company

◆ **UNIANCHIETA EAD**

- ◆ Graduação
- ◆ Pós-Graduação

